Portaria nº 2.438/2010 (*)

Dá nova redação aos incisos II e III do artigo 3º e acrescenta o inciso VII ao Artigo 3º, inclui o parágrafo 4º ao artigo 5º da Portaria nº 2.228/2008, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de magistrados, servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1ª Instância, e de Pensionistas.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso I, da Resolução nº 420, de 1º de agosto de 2003, que contém o Regimento Interno do Tribunal,

Resolve:

Art. 1º Os incisos II e III do artigo 3º da Portaria nº 2.228, de 11 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação.

II - entidades fechadas ou abertas ou sociedades empresárias que operem com previdência privada e com plano de pecúlio, saúde, seguros ou renda mensal;

III - entidades de classe, associações e clubes, constituídos exclusivamente de magistrados, pensionistas e servidores públicos.

Art. 2º Fica acrescentado ao artigo 3º da Portaria nº 2.228 de 11 de setembro de 2008, o seguinte inciso VII:

VII - órgão da Administração Pública Estadual responsável pela assistência médica, hospitalar, farmacêutica, odontológica e complementar de agentes públicos e de seus dependentes.

Art. 3º - Fica acrescentado ao artigo 5º da Portaria o seguinte §4º:

§ 4º - Anualmente, no mês de janeiro, as Entidades Consignatárias, para efeito das consignações facultativas, deverão comprovar à Secretaria Especial da Presidência - SESPRES, independentemente de solicitação a regularidade quanto aos documentos elencados nos incisos I ao III do § 1º deste artigo, sob pena de rescisão do termo formalizado.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2010.

(a) Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente

* Republicado por erro material na publicação do DJE de 18/05/2010.